



Boletim nº 178 – 7/2/2018

Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED

Este boletim consiste na seleção periódica de julgados do Órgão Especial, da Seção Cível, das Câmaras Cíveis e Criminais do TJMG. Apresenta também decisões e súmulas provenientes dos Tribunais Superiores.

As decisões tornam-se oficiais somente após a publicação no *Diário do Judiciário*. Portanto, este boletim tem caráter informativo.

SUMÁRIO

Órgão Especial do TJMG

Lei municipal - Ação direta de inconstitucionalidade - Alteração substancial de normas impugnadas - Prejudicialidade

Lei municipal - Agentes políticos - Aumento posterior ao resultado das eleições - Índices federais de correção monetária - Vinculação - Inconstitucionalidade

Câmaras Cíveis do TJMG

Pedido de alargamento de via - Cerceamento de defesa - Produção de prova oral - Desnecessidade

Aquisição de produto pela internet - Entrega de mercadoria diversa à anunciada - Critérios de fixação de acordo

Expurgos inflacionários - Plano Verão - Art. 543-C do CPC - Execução individual - Alcance e efeitos da sentença

Mandado de segurança - Matrícula no curso EJA - Critério etário - Teoria do fato consumado

Estabilização da tutela antecipada antecedente - Juizado Especial - Incompatibilidade de ritos

Serventia extrajudicial - Vacância posterior à CF/88 - Interinidade - Impossibilidade de efetivação no cargo - Necessidade de concurso público

Responsabilidade civil do Estado - Não recolhimento do mandado de prisão - Prisão ilegal - Falha do serviço - Indenização por danos morais



Câmaras Criminais do TJMG

Inversão do rito processual - Fixação do *quantum* - Substituição da pena privativa de liberdade - Restituição dos bens apreendidos

Emprego de meios de correção - Lesão não intencional - Dolo de perigo à vida ou à saúde da pessoa sob guarda ou autoridade do agente - Ausência

Habeas corpus - Abrangência - *Collateral attack* - Possibilidade de utilização em casos que não envolvam prisão

Furto de energia elétrica - Furto qualificado mediante fraude - Desclassificação - Estelionato

EMENTAS

Órgão Especial do TJMG

Direito constitucional - Perda superveniente de objeto

Lei municipal - Ação direta de inconstitucionalidade - Alteração substancial de normas impugnadas - Prejudicialidade

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Dispositivos da Lei Orgânica e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Poços de Caldas. Alteração substancial das normas impugnadas por legislação superveniente. Perda do objeto configurada *in casu*.

- A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica quanto à prejudicialidade da ação direta de inconstitucionalidade, por perda superveniente de objeto, quando sobrevém a revogação ou alteração substancial da norma questionada em sua constitucionalidade.

- Não há ação judicial que possa eficientemente prosperar, quando aquela se perde em um horizonte sem lide que objetive resolver. (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade [1.0000.14.037524-7/000](#), Rel. Des. Belizário de Lacerda, Órgão Especial, j. em 24/1/2018, p. em 2/2/2018).

Direito constitucional - Reajuste anual de subsídios

Lei municipal - Agentes políticos - Aumento posterior ao resultado das eleições - Índices federais de correção monetária - Vinculação - Inconstitucionalidade

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Reajuste anual de subsídios de



agentes políticos pelo INPC. Fixação para a mesma legislatura. Inobservância aos princípios da anterioridade e da moralidade administrativa.

- A lei impugnada colide frontalmente com a previsão do art. 179 da Constituição Estadual, que veda a revisão automática de subsídios, o qual prevê que a remuneração dos agentes políticos será fixada pela Câmara Municipal, em cada legislatura, para vigor na subseqüente. Nos termos do Enunciado nº 681 da Súmula da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, "é inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária." Pelo princípio da anterioridade, a lei que fixa os subsídios deve preceder ao pleito eleitoral. É inconstitucional a lei municipal que aumenta os subsídios dos agentes políticos após o resultado das eleições. (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade [1.0000.16.021958-0/000](#), Rel. Des. Paulo César Dias, Órgão Especial, j. em 13/12/2017, p. em 2/2/2018).

Câmaras Cíveis do TJMG

Processo cível - Direito civil - Ação possessória

Pedido de alargamento de via - Cerceamento de defesa - Produção de prova oral - Desnecessidade

Ementa: Apelação cível. Ação possessória. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Produção de prova oral. Desnecessidade. Pedido de alargamento da via. Impossibilidade. Acordo cumprido. Ônus de sucumbência. Critério de fixação. Sentença mantida.

- Não há que se falar em cerceamento de defesa, se as provas coligidas aos autos são suficientes para o deslinde do feito.

- Restando comprovado, por meio das provas pericial e documental, que o acordo celebrado entre as partes, consistente no alargamento da estrada invadida pela construção da quadra esportiva de propriedade dos requeridos, foi devidamente cumprido, a improcedência do pedido de alargamento da referida estrada é medida que se impõe.

- Em decorrência da sucumbência recíproca, os ônus sucumbenciais devem ser distribuídos proporcionalmente entre as partes, conforme determina o art. 86, *caput*, do CPC. (TJMG - Apelação Cível [1.0521.10.000506-0/003](#), Rel. Des.^a Shirley Fenzi Bertão, 11ª Câmara Cível, j. em 24/1/2018, p. em 31/1/2018).

Processo cível - Direito civil - Entrega da coisa certa c/c reparação por danos morais

Aquisição de produto pela internet - Entrega de mercadoria diversa à anunciada - Critérios de fixação de acordo



Ementa: Apelação cível. Ação de entrega de coisa certa c/c reparação por danos morais. Aquisição de produto pela internet. Entrega de produto diverso do anunciado. Falha na prestação dos serviços. Responsabilidade. Cadeia de fornecedores de serviço. Dano moral configurado. *Quantum* devido. Fixação de acordo com os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade. *Astreintes*. Valor fixado. Princípios da proporcionalidade e da vedação do enriquecimento ilícito. Observância. Manutenção.

- No sistema do Código de Defesa do Consumidor, respondem pelo vício do produto todos aqueles que ajudaram a colocá-lo no mercado, desde o fabricante, o distribuidor até o comerciante, conforme dispõe o art. 18 do referido diploma legal. Todos que compõem a cadeia de consumo são responsáveis solidários pelo descumprimento do dever de qualidade, ao ajudar na introdução do bem viciado no mercado.

- Tendo em vista que o consumidor recebeu produto diferente daquele anunciado pela ré e que, depois de longa peleja administrativa (evidente perda de tempo útil), teve de ajuizar ação judicial para resguardar o seu direito, inequívoca a configuração do dano moral a ser reparado ao consumidor.

- O *quantum* indenizatório por dano moral não deve ser a causa de enriquecimento ilícito, nem ser tão diminuto em seu valor que perca o sentido de punição.

- Embora a multa diária tenha natureza apenas inibitória, deve ela atender ao princípio da proporcionalidade e não importar em enriquecimento indevido da parte beneficiária. Nesse sentido, se a multa restou fixada em valor adequado, suficiente e compatível com a obrigação, razão pela qual se denota viável a sua manutenção, nos termos em que arbitrada. (TJMG - Apelação Cível [1.0015.16.001230-6/001](#), Rel. Des. Domingos Coelho, 12ª Câmara Cível, j. em 24/1/2018, p. em 30/1/2018).

Processo cível - Direito civil - Ação civil pública - Sentença individual proferida em ação coletiva

Expurgos inflacionários - Plano Verão - Art. 543-C do CPC - Execução individual - Alcance e efeitos da sentença

Ementa: Apelação cível. Cumprimento de sentença individual proferida em ação coletiva. Ação civil pública. Recurso especial representativo de controvérsia. Art. 543-C do CPC. Sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF na Ação Civil Coletiva nº 1998.01.1.016798-9 (Idec X Banco do Brasil). Expurgos inflacionários ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão). Execução/liquidação individual. Foro competente e alcance objetivo e subjetivo dos efeitos da sentença coletiva. Observância à coisa julgada.

- Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil, de observar que: a) a sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na Ação Civil Coletiva nº 1998.01.1.016798-9, que condenou o



Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente, a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal; b) os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa, também por força da coisa julgada, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do Idec, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva, proferida na Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9, pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF.

Recurso especial não provido. (REsp 1391198/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 13/8/2014, DJe de 2/9/2014). O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar a questão da execução/cumprimento da sentença, proferida na Ação Civil Coletiva nº 1998.01.1.016798-9, decidiu, em sede de recurso repetitivo (Temas 723 e 724), que os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC. (TJMG - Apelação Cível [1.0049.16.001903-7/001](#), Rel. Des. Newton Teixeira Carvalho, 13ª Câmara Cível, j. em 25/1/2018, p. em 2/2/2018).

Processo cível - Direito administrativo - Teoria do fato consumado

Mandado de segurança - Matrícula no curso EJA - Critério etário - Teoria do fato consumado

Ementa: Reexame necessário e recurso voluntário. Mandado de segurança. Matrícula no curso EJA. Legalidade da imposição de limite etário. Teoria do fato consumado. Precedentes do STJ. Concessão da segurança. Manutenção.

- Embora não se questione a legalidade/constitucionalidade do critério etário para cursar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Ensino Médio, tal critério, porém, não exclui a estabilidade da situação jurídica pelo decurso do tempo, em razão da concessão da medida liminar em benefício do impetrante, aplicando-se ao caso dos autos a teoria do fato consumado, em observância ao princípio constitucional da proteção e da promoção do desenvolvimento da criança e do adolescente. Precedentes do STJ.

Sentença confirmada, em reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário.

- V.v.: Reexame necessário. Apelação cível. Mandado de segurança. Direito à educação. Educação de jovens e adultos (EJA). Idade mínima: impediante legal.

- Não é ilegal o ato da autoridade que nega a matrícula do estudante para entrar no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base em requisito estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/96).



- É constitucional o critério legal que condiciona a matrícula no EJA à idade de 18 (dezoito) anos completos.

- Em vista da razoabilidade e da objetividade da norma que impõe condição para o EJA, descabe elastecer o critério legal, sob pena de ofensa aos princípios da legalidade e da isonomia. (TJMG - Apelação Cível/Remessa Necessária [1.0338.16.009869-9/002](#), Rel. Des. Oliveira Firmo, 7ª Câmara Cível, j. em 23/1/2018, p. em 29/1/2018)

Processo cível - Direito processual civil - Estabilização da tutela antecipada antecedente

Estabilização da tutela antecipada antecedente - Juizado Especial - Incompatibilidade de ritos

Ementa: Apelação cível. Tutela antecipada antecedente. Arts. 303 e 304 do CPC/2015. Juizado Especial. Lei nº 9.099/95. Incompatibilidade de ritos.

- A sistemática do Código de Processo Civil de 2015 busca pela estabilização das decisões judiciais, sendo, por essa razão, incompatível com a irrecorribilidade das decisões interlocutórias, atinente ao rito sumaríssimo e consagrada pela Lei nº 9.099/95.

Apelação cível. Tutela antecipada. Art. 303 do CPC/2015. Estabilização. Irresignação. Ação própria. Apelação. Descabimento. Ausência de interesse recursal.

- Nos moldes do art. 304 do Código de Processo Civil de 2015, a decisão antecipatória de tutela proferida nos moldes do art. 303 do referido diploma legal, quando já estabilizada, deverá ser combatida mediante a propositura de ação própria, no bojo da qual poderá ser revista, reformada ou invalidada.

- O recurso de apelação não é o meio processual adequado para que a parte se insurja contra a decisão estabilizadora da tutela antecipada, não devendo, pois, ser conhecido, em razão da ausência de interesse recursal. (TJMG - Apelação Cível [1.0372.17.001146-7/001](#), Rel. Des. Dárcio Lopardi Mendes, 4ª Câmara Cível, j. em 25/1/2018, p. em 30/1/2018)

Processo cível - Direito notarial e registral - Vacância - Concurso público

Serventia extrajudicial - Vacância posterior à CF/88 - Interinidade - Impossibilidade de efetivação no cargo - Necessidade de concurso público

Ementa: Apelação cível. Ação ordinária. Serventia extrajudicial. Registro de imóveis. Comarca de Ipanema. Morte do titular. Vacância posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988. Substituição a título precário. Efetivação no cargo. Teoria do fato consumado. Concurso público de provas e títulos. Art. 236, §



3º, da Carta Magna. Decadência. Princípio da igualdade. Sentença mantida.

- Segundo a teoria do fato consumado, as situações jurídicas amparadas por decisão judicial e consolidadas pelo decurso do tempo não devem ser desconstituídas, por respeito ao princípio da segurança jurídica.

- A designação como substituto do titular de cartório, em razão da sua morte, não constitui concessão da titularidade em caráter efetivo, pelo que não há situação jurídica a ser convalidada.

- Após a Constituição de 1988, o ingresso na atividade notarial apenas se dá por meio de concurso público. (TJMG - Apelação Cível [1.0312.16.001540-9/001](#), Rel. Des. Dárcio Lopardi Mendes, 4ª Câmara Cível, j. em 25/1/2018, p. em 30/1/2018)

Processo cível - Direito civil - Indenização - Direito administrativo - Responsabilidade civil do Estado

Responsabilidade civil do Estado - Não recolhimento do mandado de prisão - Prisão ilegal - Falha do serviço - Indenização por danos morais

Ementa: Apelação cível. Responsabilidade civil do Estado. Prisão ilegal. Condenação criminal. Substituição da pena privativa de liberdade por prestação pecuniária. Extinção da punibilidade. Sentença transitada em julgado. Mandado de prisão não recolhido. Falha do serviço. Responsabilidade subjetiva. Comprovação do dano, nexos de causalidade e culpa da Administração Pública. Dever de indenizar. Valor da indenização por danos morais. Redução. Vítima condenada criminalmente. Autoexposição à situação de privação da liberdade. Caráter ressarcitório de natureza meramente pedagógica.

- A responsabilidade do Estado pela reparação de danos causados por ato ilícito de seu servidor é subjetiva, sendo necessária a comprovação de culpa.

- A culpa do serviço público, decorrente de falha em sua realização, caracteriza-se pela prática de um ato abaixo dos padrões da razoabilidade e da proporcionalidade.

- A indenização em razão da ofensa à liberdade pessoal encontra previsão no art. 954 do Código Civil, e, configurando-se a restrição da liberdade individual medida extrema, a condenação do Estado será pautada na compensação pecuniária e no caráter pedagógico que visa repreender o causador do dano, de modo a aperfeiçoar a atividade estatal.

- Embora comprovada a indevida privação de liberdade, aquele que se envolve em atividade criminosa se expõe ao risco de privação da liberdade, e, ainda que a prisão se revele ilegal, a indenização por danos morais deve ser fixada de forma moderada, considerando-se especialmente o seu caráter pedagógico.

- Nas condenações contra a Fazenda Pública por danos extracontratuais, os danos

morais serão corrigidos desde o arbitramento pelo IPCA-E e acrescidos de juros de mora desde o evento danoso, observando-se os juros aplicados à caderneta de poupança. (TJMG - Apelação Cível [1.0439.15.006859-1/001](#), Rel. Des. Renato Dresch, 4ª Câmara Cível, j. em 25/1/2018, p. em 30/1/2018)

Câmaras Criminais do TJMG

Processo criminal - Direito penal processual - Tráfico de drogas

Inversão do rito processual - Fixação do *quantum* - Substituição da pena privativa de liberdade - Restituição dos bens apreendidos

Ementa: Apelação criminal. Tráfico de drogas. Inversão do rito processual. Improcedência. Preliminar rejeitada. Minorante do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. *Quantum* a ser fixado em conformidade com o que preceitua o art. 42 da Lei de Drogas. Fração mantida. Substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Impossibilidade. Restituição dos bens apreendidos. Inviabilidade.

- Os crimes regidos pela Lei nº 11.343/2006 possuem rito processual próprio, previsto nos arts. 48 a 59 daquele diploma legal, não sendo possível a adoção do procedimento previsto no CPP.

- Na determinação do *quantum* de fixação das penas no delito de tráfico ilícito de entorpecentes, deve-se sopesar o art. 42 da Lei nº 11.343/2006, que determina que o juiz considerará, com preponderância à análise das circunstâncias judiciais, a natureza e a quantidade da substância.

- O patamar final da reprimenda - superior a 4 anos - impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

- Havendo provas de que os bens apreendidos eram utilizados para a prática do tráfico, impossível se falar em restituição. (TJMG - Apelação Criminal [1.0620.17.000724-4/001](#), Rel. Des. Alberto Deodato Neto, 1ª Câmara Criminal, j. em 23/1/2018, p. em 31/1/2018).

Processo criminal - Direito penal - Maus-tratos

Emprego de meios de correção - Lesão não intencional - Dolo de perigo à vida ou à saúde da pessoa sob guarda ou autoridade do agente - Ausência

Ementa: Maus-tratos. Pai que bate na filha com a finalidade de correção por mau comportamento. *Animus corrigendi* ou *disciplinandi*. Lesão causada sem intenção. Excesso não constatado. Ausência de dolo de perigo. Absolvição mantida.

- No delito de maus-tratos, deve-se perquirir acerca do dolo de perigo, ou seja, se



o agente teve a intenção de expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

- Não pratica do delito de maus-tratos o pai que se utiliza de meios de correção, sem a intenção de expor a perigo a vida ou a saúde de sua filha de apenas 8 (oito) anos, que vinha se comportando de forma desregrada e desrespeitosa.

- Recurso desprovido. (TJMG - Apelação Criminal [1.0527.15.000941-5/001](#), Rel. Des. Doorgal Andrada, 4ª Câmara Criminal, j. em 24/1/2018, p. em 31/1/2018).

Processo criminal - Direito processual penal - Habeas corpus

Habeas corpus - Abrangência - *Collateral attack* - Possibilidade de utilização em casos que não envolvam prisão

Ementa: Voto vencedor (Des. 1º Vogal): *Habeas corpus*. Execução penal. Análise. Possibilidade. Ação constitucional de ampla abrangência. Instrumento de *collateral attack*. Precedentes e doutrina.

- Consoante doutrina e jurisprudência, a ação autônoma de impugnação, denominada *habeas corpus* não se restringe, tão somente, aos casos que envolvam prisão, representando, também, uma via alternativa de ataque aos atos judiciais, com a possibilidade, inclusive, de desfazer a coisa julgada.

Voto vencido (Des. Relator): - Verificando-se a possibilidade de apreciação do mérito diante de flagrante constrangimento ilegal, o prosseguimento do feito é medida que se impõe. (TJMG - *Habeas Corpus* Criminal [1.0000.17.107776-1/000](#), Rel. Des. Eduardo Machado, Relator para o acórdão: Des. Alexandre Victor de Carvalho, 5ª Câmara Criminal, j. em 23/1/2018, p. em 29/1/2018)

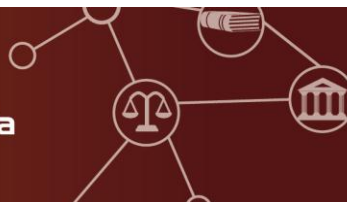
Processo criminal - Direito penal - Furto qualificado mediante fraude - Estelionato

Furto de energia elétrica - Furto qualificado mediante fraude - Desclassificação - Estelionato

Ementa: Apelação criminal. Furto de energia elétrica, mediante fraude. Desclassificação. Estelionato. Descabimento.

- Distingue-se o furto qualificado mediante fraude do estelionato o fato de que, neste último, o agente obtém a coisa que lhe é entregue pela vítima por ter sido induzida em erro, viciada em sua vontade pelo expediente fraudulento; enquanto no furto a coisa é subtraída, em discordância expressa ou presumida do detentor, utilizando-se o agente de fraude para retirá-la da esfera de vigilância da vítima.

- V.v.: - A conduta daquele que, recebendo regularmente a energia elétrica, adultera o dispositivo medidor de consumo, a fim de induzir a erro a



concessionária fornecedora, minorando a cobrança tarifária correspondente ao seu consumo efetivo, comete o delito de estelionato.

Recurso improvido. (TJMG - Apelação Criminal [1.0024.13.366509-1/001](#), Rel. Des. Marcílio Eustáquio Santos, 7ª Câmara Criminal, j. em 24/1/2018, p. em 2/2/2018)

Este boletim é uma publicação da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas, elaborado pela Coordenação de Jurisprudência. Sugestões podem ser encaminhadas para coind@tjmg.jus.br.

Recebimento por e-mail

Para receber o *Boletim de Jurisprudência* por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br, e o sistema remeterá uma mensagem de confirmação.

Edições anteriores

Clique [aqui](#) para acessar as edições anteriores do *Boletim de Jurisprudência* disponibilizadas na Biblioteca Digital do TJMG.